

Sem acordo, governo adia votação de marco civil da internet

A comissão especial da Câmara que discute as regras do uso da internet no Brasil havia marcado a votação para amanhã, mas o governo interveio para evitar mudanças estruturais no texto de autoria do Executivo.

Não há consenso sobre vários pontos da matéria. Um deles é o que cria a chamada "neutralidade de rede", que determina às provedoras tratar de forma igual todos os pacote de dados da internet - sem discriminação quanto ao conteúdo, origem, destino, terminal ou aplicativo usado pelo internauta.

A Folha apurou que há pressão das empresas provedoras contrárias à mudança, o que levou ao adiamento da votação. Um grupo de deputados também quer incluir no projeto a discussão sobre direitos autorais na rede, o que desagrade o governo.

"Temos conhecimento de vários votos em separado que seriam apresentados à comissão. Eles desfigurariam o relatório, colocando em xeque pontos importantes do projeto", disse o relator da proposta, deputado Alessandro Molon (PT-RJ).

O projeto permite aos internautas pedir a exclusão definitiva de seus dados dos registros de sites ou serviços da rede. Também amplia os direitos de quem utiliza a internet ao estabelecer o "direito a informações claras e completas" sobre os dados pessoais que serão guardados pelos sites.

O marco civil da internet foi encaminhado ao Congresso pelo Ministério da Justiça em 2009. Se aprovado pela comissão especial, ainda precisa passar pelo [plenário da Câmara](#) e, depois, pelo [Senado](#).

REGRAS

O texto ficou aberto para consulta pública por mais de dois meses e sofreu mudanças em relação à versão original do governo, com sugestões de representantes da comunidade acadêmica, do terceiro setor e do público em geral.

Entre as regras propostas pelo Marco Civil, estão a guarda dos dados de conexão dos usuários por até um ano e sua entrega mediante autorização judicial. O texto também define conceitos para a rede e sugere indenização para usuários que tenham sua privacidade violada.

O Marco Civil não estabelece penalidades para crimes cometidos na rede. A proposta se limita a criar uma espécie de "código de conduta" para o uso da internet. Segundo Molon, a ideia é que, no futuro, o Congresso crie leis específicas para incluir os crimes cibernéticos no Código Penal.

Fonte: Folha de São Paulo, Gabriela Guerreiro